

POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA GÊNERO E SEXUALIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL, ESPANHA E HOLANDA.

NATHALIE SCHNEIDER

Universidade La Salle

Dr^a. Tatiana Vargas Maia (Orientador)

Propósito Central do Trabalho

Neste contexto se faz necessário responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma as políticas públicas de gênero e sexualidade são construídas nos três países: Brasil, Espanha e Holanda?

Como perguntas secundárias temos:

- Quais foram os contextos sociopolíticos que subjazem as formulações legais?
- Que modificações houve na prática educativa cotidiana das salas de aula do Ensino Básico nestes países?

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é resgatar as principais políticas públicas afirmadas na área de Educação que tratam das questões de Gênero e Sexualidades para o enfrentamento da LGBTfobia em três contextos: Brasil, Espanha e Holanda, contextualizando-as e investigando impactos na prática cotidiana das escolas de Educação Básica dos três países.

2.2 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Tendo como objetivos específicos: (i) Identificar as questões referidas a Gênero e Sexualidades nas políticas de Educação no Brasil; (ii) Identificar as questões referidas a Gênero e Sexualidades nas políticas de Educação na Espanha, (iii) Identificar as questões referidas a Gênero e Sexualidades nas políticas de Educação na Holanda.

Marco Teórico

Nardi (2010, p.151) refere que *“o campo discursivo no qual se situam os programas, os projetos e ações que buscam incluir o debate em torno da diversidade sexual na escola, é amplo e interdisciplinar”*, notadamente marcado por uma produção de pesquisa fortemente politizada. A maioria dos pesquisadores assume uma posição intelectual que se propõe a apontar os riscos do presente e de se mobilizar para agir sobre a dinâmica social em espaços que reiteram determinadas formas de viver as identidades e as sexualidades.

Ainda que nas últimas décadas as questões de gênero e sexualidade tenham ganho relevância em políticas e legislações que se vinculam a distintos campos, notadamente na educação, isso, entretanto, parece não assegurar mudanças em relação aos comportamentos, muitas vezes preconceituosos e discriminatórios, que



ainda permanecem nas escolas de Educação Básica e em outros espaços sociais. Guizzo & Felipe (2016, p.488) salientam que “as instituições escolares não se constituem em lugares neutros e democráticos. Ao contrário, são espaços nos quais se disputam, se aceitam, se rejeitam e se impõem significados e normas”. Segundo Foucault (1997), do fim do século XVIII ao início do século XX, desenvolveu-se na cultura ocidental uma “sociedade disciplinar”. Investindo em uma governabilidade focada no biopoder, esta configuração social caracterizou-se por investir em produzir corpos “dóceis e úteis” ao modo de produção capitalista. Surge, segundo essa perspectiva, um grande projeto de “normalização” dos sujeitos. Emergem, então, as modernas instituições: prisões, manicômios, escolas, hospitais, forças armadas e as novas disciplinas acadêmicas. Direta ou indiretamente, todas estas instituições organizam uma maneira específica de compreender e lidar com o corpo.

Deleuze (1992) destaca que a partir do período posterior à Segunda Guerra Mundial, o século XX assume os contornos de uma “sociedade de controle”. Sem desconsiderar as estruturas da sociedade disciplinar, as instituições, os agentes sociais e as relações de poder mudam sua dinâmica, gerando novas conformidades: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (Deleuze, 1992, p.103)

Em outra perspectiva, as reflexões do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han na última década também se colocam como uma referência teórica importante para pensar estas questões, principalmente a partir de duas obras: *A sociedade do cansaço* e *Psicopolítica*. Nas reflexões do autor, a sociedade disciplinar e repressora do século XX descrita por Michel Foucault perde espaço para uma nova forma de organização coercitiva: a violência neuronal.

Autores do campo dos Estudos Culturais e pós-estruturalistas contribuem com importantes aportes teóricos para uma discussão que orbita em torno de conceitos como gênero, sexualidade.

Método de Investigação

Em linhas gerais, pesquisar é refletir sobre a realidade e se permitir falar sobre ela por intermédio da pesquisa e do olhar do pesquisador sobre o objeto pesquisado e é isso que possibilita a construção do conhecimento e a compreensão de uma dada realidade

O método comparativo é recomendado quando a pesquisa utiliza dois ou mais fatores comparativos de métodos, fenômenos ou comportamentos para ressaltar suas similaridades ou diferenças. Assim a metodologia será útil, pois haverá a comparação entre países com constituições históricas muito diferentes, mas que se aproximam em determinadas iniciativas educacionais, no que tange à construção de propostas e projetos educacionais de ligação entre o mundo privado e o espaço público.

Esta proposta de estudo configura-se como de pesquisa básica, com uma abordagem qualitativa e bibliográfica (GOLDENBERG, 2011).

Referências

COSTA, Marisa V. (org). Caminhos Investigativos I. Novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

COSTA, M.V.; SILVEIRA, Rosa H.; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jul/Ago, 2003.

DELEUZE, Gilles. Controle e devir in Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Resumo dos Cursos do Collège de France. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

_____. Microfísica do poder. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GUIZZO, Bianca S. & FELIPE, Jane. Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas: entrelaces com a educação. Revista Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 475-490, maio/ago. 2016

HAN, BYUNG-CHUL. Sociedade do cansaço. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

_____. Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte-MG: Ayiné, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, Luisa. Sexualidade nas escolas. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 26 jun. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-estilo/educacao/noticia/2015/06/pelo-menos-oito-estados-retiram-referencias-a-generodos-planos-de-educacao-4791753.html> . Acesso em 09/09/2015

NARDI, Henrique Caetano. Educação, heterossexismo e homofobia. In: POCAHY, Fernando (org). Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

SÁNCHEZ, Maria J.; GONZÁLES, Rosa L. & SILVA, Sofia M. da. Políticas públicas de igualdade de gênero em Espanha e Portugal. um estudo comparativo. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, mai, 2013.

SCHNEIDER, Nathalie. Sobre o que dizem e sobre o que calam graduandos/as em pedagogia sobre gênero e sexualidade nos espaços escolares? 2017. Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil ç ULBRA. Canoas, 2017.

SILVA, Denise R. Q da; COSTA, Zuleika L.S.; MULLER, Márcia B.C. Gênero, sexualidade e políticas públicas



de educação. Revista Educação. Porto Alegre, v.41, no 1, p.49-58, jan-abr. 2018

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. Revista Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012

VIANNA, Claudia & CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas públicas de educação e Diversidade: gênero e (homo)sexualidades. Revista Gênero. Niterói, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2012